

LIVE INCLUSIVA: UMA EXPERIÊNCIA DE EMPODERAMENTO DOS ALUNOS DA APAE DE MARACAJÁ

Alini de Almeida
Cássia Fernandes da Silva¹
Cristiane Masiero da Rocha
Suzana Garcia da Rocha²

RESUMO

O presente trabalho relata uma experiência exitosa do projeto desenvolvido na APAE de Maracajá - SC, com as turmas do Serviço Educacional Especializado (SAE) e a turma do Serviço de Vivências Laborais (SVL). A relação entre tecnologia e acessibilidade pode dar a oportunidade de assegurar a inclusão, a participação e a interação da pessoa com deficiência na sociedade. O principal objetivo do projeto foi, pela live, dar mais visibilidade a capacidade dos alunos perante a comunidade, oportunizando a eles uma experiência de empoderamento e autonomia, mostrando, conseqüentemente, para a comunidade em geral, que a pessoa com deficiência pode ser protagonista da sua história. Para tanto, foi oportunizado aos educandos a participação em uma live de venda dos produtos confeccionados por eles próprios. Constatou-se que pelo uso das tecnologias digitais, os alunos puderam ter a sua liberdade de expressão, valorização do seu trabalho, aumento de autoestima e empoderamento.

Palavras-chave: Deficiência. Live. Artesanato. Empoderamento.

ABSTRACT

This work discusses a successful project experience developed at the APAE of Maracajá-SC with the Specialized Educational Service (SAE) and the Work Experience Service (SVL) classes. The relationship between technology and accessibility can ensure inclusion, participation, and interaction of the person with a disability in society. The project's main goal through the live was to give more visibility to the students' capacity before the community, giving them an experience of empowerment and autonomy and showing the community that the person with disabilities can be the protagonist of their story. To do so, students participated in a live selling event of the products they made. Through the use of digital technologies, the students were able to express themselves freely, have their work appreciated, and experience an increase in self-esteem and empowerment.

Keywords: Disability. Live. Crafts. Empowerment.

INTRODUÇÃO

Estamos vivenciando um tempo em que temas como igualdade, acessibilidade e equidade estão ganhando cada vez mais espaço. Para Souza (2014), em um mundo de respeito às individualidades, há todos os seres naturalmente heterogêneos, variados e distintos. Nesse cenário, destacam-se as pessoas com deficiência, com as suas particularidades, virtudes e fraquezas, como quaisquer outros seres humanos.

1 Graduação em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná, Brasil (2021). Pedagoga da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - Maracajá, Brasil

2 Especialização em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana de Campinas, Brasil (2022). Professora da Fundação Catarinense de Educação Especial, Brasil.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) no seu Art. 2º, considera-se pessoa com deficiência como:

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) (BRASIL, 2015).

Apesar de avanços significativos no que se refere às questões sociais, políticas e legais para a inclusão, o que se percebe é que as pessoas com deficiência ainda continuam sendo vistas como incapazes e improdutivas, muitas vezes chamadas por nomes pejorativos.

Tendo em vista que muitos ainda erroneamente subestimam a capacidade de uma pessoa em função da sua deficiência, os professores da APAE de Maracajá - SC perceberam a necessidade de dar mais visibilidade à capacidade dos alunos perante a comunidade, oportunizando a eles uma experiência de empoderamento e autonomia, conseqüentemente, mostrando para a comunidade, em geral, que a pessoa com deficiência tem o seu lugar na sociedade.

Surgiu, assim, a ideia de fazer uma live de vendas inclusiva, em que foram vendidos os artesanatos confeccionados pelos próprios alunos, com a participação deles e dos professores.

O presente relato descreve um breve histórico da instituição APAE de Maracajá, realizando uma discussão sobre a pessoa com deficiência em diferentes contextos históricos, seguido da metodologia do trabalho desenvolvido, com a análise e a discussão dos resultados e as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

Breve histórico da APAE de Maracajá

A APAE de Maracajá está localizada no extremo Sul de Santa Catarina, no município de Maracajá. A iniciativa de fundar a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Maracajá (APAE) partiu de um grupo de voluntários, integrantes de vários segmentos da sociedade que se uniram para a realização de um sonho. O sonho foi o de trazer para o município uma Escola Especial, para atender estudantes com deficiência. Até então, esses estudantes eram deslocados para outro município para atendimento especializado. Considerando as dificuldades de deslocamento, o perigo de se trafegar na BR 101 diariamente e, devido ao transporte não atender toda a clientela existente, os familiares e comunidade, em geral, já há algum tempo vinham reivindicando atendimento no próprio município.

A partir disso, esse grupo de voluntários sensibilizados com a ideia, mobilizou toda a comunidade, organizando eventos e promoções, com objetivo de arrecadar fundos para a implantação da entidade APAE. Assim, pelos esforços de muitas pessoas, no dia 02 de junho do ano de 2006 em Assembleia Geral, fundou-se a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Maracajá. Integrantes de vários segmentos, bem como pais de estudantes, fizeram e fazem parte da Diretoria, comprometendo-se com o movimento apaeano.

A APAE de Maracajá atende, atualmente, 53 usuários, que são atendidos nas turmas de Estimulação Precoce, Atendimento Educacional Especializado (AEE/DI), Serviço de Atendimento Específico (SAE ou SAE/TEA) e Serviço de Vivências Laborais (SVL). O foco é atender às peculiaridades, anseios, realidade local, procurando valorizar as potencialidades de cada estudante, bem como identificar outras ainda não descobertas. Visou-se, também, intensificar a socialização dos educandos na comunidade em que vivem, procurando inseri-los nos diversos ambientes e setores da sociedade, de forma que saibam como se relacionar e possam

participar efetivamente nas atividades diárias no ambiente familiar e comunitário, proporcionando, assim, maior autonomia e independência aos nossos usuários.

Desse modo, o objetivo principal dos funcionários, diretoria e voluntários da APAE é primar por um atendimento de qualidade às pessoas com deficiência do município, buscando, também, a conscientização de toda a comunidade para a importância do atendimento para esse público-alvo. Esse público faz parte de um grupo que marcou história ao longo dos anos para conquistar o seu espaço na sociedade.

Contexto histórico da pessoa com deficiência

A história nos evidencia que as pessoas com deficiência, por muito tempo, eram vistas como indivíduos segregados, isolados e foram considerados incapazes, por séculos. Na Roma antiga, por exemplo, a intolerância contra pessoas com deficiência era uma realidade, em que o pai detinha o direito de matar um filho que nascesse com alguma deformidade.

Aranha (2005) nos afirma que na Roma antiga, os valores de um homem estavam vinculados de acordo com os preceitos da nobreza. Tal valor era baseado nas características pessoais ou na utilidade que o indivíduo poderia oferecer à sociedade na época. Dessa forma, a pessoa que era diferente, era praticamente exterminada pelo abandono. Isso vem de acordo com o que Rodrigues e Lima (2017) afirmam, de que, no contexto dessa época, a pessoa com deficiência era excluída da sociedade, pois era associada a uma ineficiência, uma vez que não seria produtiva para a nobreza.

Ao longo dos séculos, a igreja católica também exerceu poder pelos seus discursos religiosos, em que as pessoas com deficiência representavam uma ameaça contra a Igreja. De acordo com Rodrigues e Lima (2017), a igreja daquele momento, entendia que a deficiência era derivada da culpa do castigo e da pena e carregava o pecado dos seus antepassados. Muitas vezes, eram associadas a pessoas possuídas por demônios e queimadas como bruxas. Nesse contexto, Silva e Oliveira (2018) nos afirmam que:

O fanatismo religioso e a ideologia da população da época faziam com que, mesmo as pessoas com deficiência, acreditassem que os corpos acometidos pela diferença era a manifestação de algum tipo de feitiço praticado pelas bruxas, ou era fruto de uma possessão demoníaca (SILVA; OLIVEIRA, 2018 apud PESSOTTI, 1984, p. 170).

Após o período em que a igreja considerava a pessoa com deficiência como ameaça demoníaca e de bruxaria, veio a Revolução Burguesa, responsável pela queda do poder religioso. Para Aranha (2005), nesse período da história, a pessoa com deficiência estava relacionada à natureza orgânica, fruto de causas naturais, sendo tratada pela alquimia, da magia e da astrologia e métodos da incipiente medicina.

Assim, a fase assistencialista pautada na perspectiva médica e biológica de que a deficiência era uma “doença que poderia ser curada”, também permeou por anos no contexto da pessoa com deficiência. Os guetos como espaços de segregação passam, então, a receber os pobres, os doentes e os anormais com deficiência, os quais, a partir de então, sofrem um processo de institucionalização (RODRIGUES; LIMA, 2017).

Também não podemos deixar de destacar, que, por muitos anos, outra realidade assombrou as pessoas com deficiência - as suas próprias famílias as escondiam da sociedade, na maioria das vezes, por vergonha.

Os sujeitos com anomalias corporais eram segregados do convívio social, tanto no confinamento das Instituições criadas para esse fim, quanto atrás dos portões ou casas de campo das famílias mais afortunadas, como forma de suprimir a vergonha de ter

como membro da família um ser humano considerado anormal (SILVA; OLIVEIRA, 2018 apud SILVA, 1987, p. 174).

Até aqui, a história nos mostra a nítida exclusão das pessoas com deficiência perante a sociedade e podemos observar que, ao longo da história, pessoas com deficiência eram invisíveis, sendo vistas como incapazes, doentes, ineficientes, improdutivas e sinônimos de vergonha para a família.

Ao longo do tempo, a sociedade viu a necessidade da mudança de olhar no contexto histórico da pessoa com deficiência, que, atualmente, tem os seus direitos garantidos, mediante uma política nacional, leis e outros documentos nacionais e internacionais.

Sabemos que diversas foram as barreiras existentes na história que influenciaram para chegarmos até as orientações dos direitos humanos. Segundo Oliveira e Resende (2012), nessa fase:

Emergem os direitos à inclusão social, com ênfase na relação da pessoa com deficiência e do meio em que ela se insere, bem como na necessidade de eliminar obstáculos e barreiras superáveis, sejam elas culturais, físicas ou sociais, que impeçam o pleno exercício dos direitos humanos (OLIVEIRA; RESENDE, 2012, p. 10).

A partir de 1960 surgem, no Brasil, as primeiras discussões para o atendimento às “pessoas especiais”, promovidas por iniciativas populares. Para Sousa (2020), nessa época ainda era clara a exclusão desses indivíduos, pois as crianças com necessidade especiais eram acolhidas nas escolas especiais e as crianças “normais” eram atendidas nas escolas regulares.

As instituições voltadas para o atendimento desses alunos como a Associação de Pais e Mestres (APAE), a sociedade Pestalozzi, dentre outras, em que supria a maioria das ações voltada à educação especial. Nesse mesmo contexto, a educação especial é entendida como uma educação voltada para as pessoas com deficiência desenvolvida em locais separados e específicos para isso (SOUSA, 2020, p. 6).

A partir desse contexto, surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que organiza o ensino no país e apresenta, em relação às pessoas com deficiências, um título específico sobre a temática, “Da Educação dos Excepcionais”, que preconiza, no seu artigo 88, que “a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961, p. 16).

Mesmo diante da lei acima citada, ainda se percebe que há uma certa indiferença, em relação à pessoa com deficiência. Em 1988, a Constituição Federal trouxe mudanças nas garantias de direitos desses indivíduos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 124).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96, traz mais direitos assegurados à pessoa com deficiência e ressalta no artigo 58 que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessá-

rio, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 20).

A Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007) em preâmbulo, na alínea “c”, diz que a pessoa com deficiência “deve ter a plena e efetiva participação e a inclusão na sociedade” e, ainda ressalta, no seu preâmbulo, na alínea “e”, deixando claro que deve haver “a igualdade de oportunidades”.

Em 2015, surge a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que é “Destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Ainda no seu artigo 4º, ressalta-se que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015).

Para Frederico e Laplane (2020), as políticas públicas para as pessoas com deficiência contribuíram para que as suas possibilidades de participação social fossem ampliadas, mesmo que ainda de forma tímida e, sem dúvida, insuficiente. Felizmente, um número expressivo de pessoas com Deficiência, atualmente, pode viver com maior autonomia em diversos contextos sociais e no trabalho, conquistando posições de respeito e equidade. Essa conjuntura se dá pelos direitos garantidos na sociedade.

Acessibilidade e Tecnologias Digitais na inclusão da Pessoa com Deficiência

Vimos, anteriormente, o contexto da Pessoa com Deficiência ao longo da história, com toda segregação, discriminação e tabus vivenciados por essas pessoas. No entanto, afinal, o que é deficiência? Segundo Fonseca, a deficiência pode ser definida como:

Os impedimentos de caráter físico, mental, intelectual e sensorial são, a meu sentir, atributos, peculiaridades ou predicados pessoais, os quais, em interação com as diversas barreiras sociais, podem excluir as pessoas que os apresentam da participação da vida política, aqui considerada no sentido mais amplo (FONSECA, 2012, p. 24).

Portanto, o deficiente pode ser considerado como a pessoa que possui algumas limitações permanentes e que pode ser agravada pelas barreiras impostas no convívio social. Nessa direção, temos a fala de Diniz “A experiência da deficiência não era resultado de suas lesões, mas do ambiente social hostil à diversidade física” (2007, p. 15). Seguindo esse pensamento, podemos observar que a pessoa com deficiência carrega consigo as suas restrições, somadas às restrições impostas numa sociedade que se julga inclusiva, mas que impõe várias barreiras, sejam elas de acessibilidade e/ou sociais à pessoa com deficiência.

Em contrapartida, quando a sociedade dá suporte com acessibilidade e fazendo uso das tecnologias digitais para que a inclusão aconteça, entende-se, então, que as desigualdades desaparecem, quase por completo, pois ser diferente se torna uma coisa normal entre todos. Ferreira e Guimarães (2003, p. 141) acreditam em “uma educação que possibilite uma convivência harmônica e enriquecedora entre os indivíduos, respeitando igualdades e diferenças, acreditando na inclusão como força para a renovação da escola e da sociedade”. Assim, percebe-se a

importância do uso da acessibilidade e das tecnologias digitais nos tempos atuais para buscar transformar o contexto social inclusivo, em que as pessoas com deficiência possam estar realmente envolvidas no meio social.

A pessoa com deficiência tem o direito de ir e vir com tranquilidade e segurança, pois ela é como as demais e possui os seus direitos e deveres regidos pela constituição e leis do seu país de origem. Portanto, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no seu artigo 3º, referente à garantia à acessibilidade, ressalta-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

No entanto, percebe-se que no cotidiano, muitas adaptações precisam ser feitas para que a pessoa que necessita de acessibilidade, usufrua de verdade. Faltam fiscalizações para fazer cumprir a lei e o direito da Pessoa com Deficiência. Desse modo, é imprescindível o trabalho com este público para tornar a sua voz audível na sociedade, para que, assim, as suas necessidades sejam ouvidas e a realidade modificada, tornando os ambientes acessíveis a todas as pessoas.

Seguindo no contexto da acessibilidade, entram as tecnologias digitais, que hoje são acessadas por grande parte da população, possuindo acesso rápido à informação, sendo de fácil manuseio e divulgação, pois o avanço da tecnologia contribui cada vez mais para a inclusão dos alunos com deficiência.

Desde que a tecnologia vem se desenvolvendo para beneficiar a humanidade, as pessoas têm prestado atenção a esses recursos no campo da educação, especialmente no campo da educação especial. No âmbito da educação inclusiva, o computador auxilia no desenvolvimento da capacidade de interação com a utilização da rede internet, uso de jogos digitais, estudo de linguagens por meio de sons, vídeos e simulações (MATOS, 2017 apud DANTAS et al., 2020, p. 5).

Portanto, a tecnologia é capaz de solucionar desafios para o bem-estar da sociedade, como quando direcionada à acessibilidade e tem um papel fundamental como facilitadora da vida humana. Para Mendonça (2020), é importante refletir acerca do modo como as tecnologias da informação e da comunicação podem ser utilizadas para promover a inclusão educacional e, consequentemente, social, na medida em que permite que todos possam superar a exclusão e a falta de acesso à informação.

É importante destacar que enquanto o uso da tecnologia na educação ainda pode ser discutido, o seu uso na educação inclusiva deve ser obrigatório, já que muitos estudantes precisam desse meio para aprender, para mostrar seu potencial (MENDONÇA, 2020, p. 12).

Portanto, estimular iniciativas que priorizem essa relação entre tecnologia e acessibilidade é uma das formas de assegurar a inclusão e participação de todos os indivíduos nas diferentes demandas da vida econômica e social. Para Dantas e Coutinho (2020), as tecnologias devem ser adaptadas e utilizadas para oportunizar a efetividade do processo de ensino-aprendizagem, veiculando os processos de inclusão educacional e social.

Portanto, é de extrema importância que se faça uso das tecnologias digitais para melho-

rar e desenvolver a vida da pessoa com deficiência, pois nesses momentos em que lhe são dadas essas condições para interagir e aprender, eles podem explicitar os seus pensamentos, fazendo com que o indivíduo com deficiência tenha mais autonomia e oportunidade de inclusão.

Seguindo na perspectiva de buscar uma maior autonomia para a pessoa com deficiência com intuito de conquistar uma posição de respeito e equidade, seguimos com um relato de experiência desenvolvido na APAE de Maracajá.

METODOLOGIA

O presente relato apresenta uma experiência de um projeto desenvolvido na APAE de Maracajá, com as turmas do Serviço Educacional Especializado (SAE) e a turma do Serviço de Vivências Laborais (SVL).

Seguindo as Diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAESP, 2020), o Serviço de Vivências Laborais (SVL) está direcionado ao atendimento de jovens e adultos com deficiência intelectual, associada ou não a outras deficiências e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), sem perspectiva de ingresso no processo de qualificação profissional e/ou inclusão no mercado de trabalho, mas que apresentam possibilidades de executar uma atividade laboral não remunerada, bem como de desenvolver conteúdos que contribuam para a promoção da sua independência pessoal e inclusão social. Já o Serviço Educacional Especializado (SAE) é um serviço de cunho pedagógico destinado ao desenvolvimento e à manutenção de habilidades funcionais e cognitivas, visando à aquisição de conhecimentos e comportamentos que sejam essenciais aos educandos atendidos, no sentido de promover a sua independência e autonomia, para que eles tenham mais participação no contexto familiar e comunitário.

No total, 17 alunos participaram do projeto e além de promover a aquisição e manutenção de habilidades cognitivas e funcionais dos educandos, faz-se com que eles identifiquem as suas potencialidades e sejam percebidos pelos familiares e comunidade. Diante disso, buscou-se o principal objetivo, que foi de dar mais visibilidade à capacidade dos alunos perante a comunidade, oportunizando a eles uma experiência de empoderamento e autonomia, evidenciando, conseqüentemente para a comunidade, em geral, que a pessoa com deficiência pode ser protagonista da sua história.

Os professores da instituição já desenvolviam projetos de produção artesanal feito pelos educandos, os quais eram vendidos em festas do Município e disponibilizada a venda na instituição. Porém, com o avanço da tecnologia, pensou-se em estratégias pedagógicas relacionadas às tecnologias de informação e comunicação (TIC):

Que constituem um diversificado conjunto de recursos tecnológicos, tais como: computadores; internet e ferramentas que compõem o ambiente virtual como chats e correio eletrônico; fotografia e vídeo digital; TV e rádio digital; telefonia móvel; Wi-fi; Voip; websites e home pages, ambiente virtual de aprendizagem para o ensino a distância, entre outros (TEIXEIRA, 2010 apud GIROTO et al, 2012, p.15).

Diante desse pressuposto, os professores pensaram na ideia de apresentar uma live de vendas pelo Instagram, pois ao longo dos anos as redes sociais vêm assumindo um papel importante nas relações humanas, sendo uma ferramenta para uso pessoal e profissional.

As atividades desenvolvidas dentro do projeto, percorreram além do diálogo, produções artesanais, a live em si e um passeio para os alunos.

As discussões a respeito do tema foram levadas a uma reunião, em que todos os professores, cientes dos benefícios que a live traria, aprovaram na hora. Na mesma oportunidade, foi

marcado a data e combinado que o valor alcançado seria revertido a um passeio com os alunos no fim do ano letivo. Também se culminou a ideia da live ser divulgada pelos canais de comunicação como Instagram, Facebook e WhatsApp, bem como de pedir brindes para o comércio local, que seria destinado para sorteios ao vivo.

Durante a elaboração do projeto, os professores conversaram com os educandos sobre a live e todos ficaram animados, então junto com os alunos foi delimitado pontos importantes para a execução da live, como: produtos comercializados, divulgação do evento, brindes arrecadados. Iniciou-se com a produção de produtos que seriam comercializados, junto com produtos produzidos anteriormente e que estavam disponíveis à venda na instituição, mas não tinham saída, devido à ausência de divulgação.

Durante a produção artesanal coletiva, os educandos puderam identificar as suas habilidades e dificuldades no processo. Além da produção, os profissionais da instituição entraram em contato com lojistas da região pedindo patrocínio de brindes para os sorteios. Ao informar que a dinâmica da live seria a participação total dos alunos na confecção e apresentação, as pessoas ficavam animadas e achavam a ideia inovadora.

Os educandos foram instruídos a divulgarem a live para os seus familiares e conhecidos, bem como a divulgação também se deu pelas redes sociais da instituição e colaboradores.

No dia 07 de outubro de 2022, chegou, então, o tão esperado dia. Os docentes e funcionários organizaram e decoraram uma sala de aula, local em que seria realizada a live. A live foi apresentada pelo Instagram da instituição. Ao iniciar o vídeo ao vivo, uma professora explicou aos ouvintes como funcionaria a dinâmica, e então um a um os educandos se revezaram para apresentar. No início, todos da equipe ficaram ansiosos por ser algo novo, mas se surpreenderam ao vender quase todos os produtos que tínhamos em estoque. Durante a execução da live, pode-se observar a desenvoltura dos educandos em frente às câmeras, os quais realmente convenceram o público a comprar os seus produtos, uma educanda, ao vender um vaso de flores, lembrou-se de que o próximo mês de novembro, no dia 02, seria dia dos finados e, ao realizar essa associação, vendeu o seu produto. Ao vivo, também foram feitas apresentações de dança e foi muito divertido. A live teve a duração de 4 horas e o público acompanhou fielmente do início ao fim.

Um dos pontos mais importantes foi a conscientização da comunidade sobre a capacidade da pessoa com deficiência. Pôde-se mostrar que a inclusão vai além de rampas de acesso e de matricular o aluno em uma instituição, mas em oportunizar e incluir essas pessoas na participação real da sociedade.

Durante toda a execução do projeto foi possibilitado aos educandos uma participação ativa no processo. O brilho nos olhos e a felicidade de todos ao participar e ver os seus produtos sendo vendidos foram além do que todos esperavam.

Durante a semana, os compradores buscavam os seus produtos na instituição e faziam novas encomendas. Eles elogiaram muito a live e o trabalho desenvolvido pelos educandos e professores.

Com o valor arrecadado das vendas dos produtos, foi oportunizado aos educandos um passeio ao restaurante “FlussHaus”, na última semana de aula do mês de dezembro, em que todos aproveitaram e se divertiram demasiadamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível perceber que o projeto desenvolvido foi de extrema importância para os educandos, pois se acredita que uma participação mais efetiva do educando na instituição de ensino, na família e na sociedade ao qual está inserido, pode promover o seu empoderamento e autoadvocacia. Segundo Dantas (2017), o conceito de empoderamento segue diferentes pers-

pectivas ideológicas, porém, quando articulado à autoadvocacia, permite à pessoa com deficiência aprender sobre a história do seu grupo social, os seus direitos e a sua história de vida, adquirindo competências de reivindicação, participação, de expressão, comunicação e liderança na sua própria vida.

Na contramão, os alunos com deficiência estão sempre enfrentando barreiras que os impedem de se expressar, de mostrar a sua voz. Essas barreiras podem ser arquitetônicas ou sociais. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência no seu artigo 3º referente às barreiras enfrentadas pela Pessoa com Deficiência:

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015).

Portanto, os professores, muitas vezes, são a porta para a acessibilidade dessas pessoas com deficiência, mostrando alternativas para se expressarem, fazendo-as serem vistas e ouvidas. Desse modo, nada mais útil do que utilizar as tecnologias digitais a favor da educação.

A tecnologia, por sua vez, também exerce função fundamental como porta de acessibilidade, pois ela faz parte do nosso dia a dia e junto dela também estão as redes sociais. Sabemos que a maioria das pessoas utiliza as redes sociais para compartilhar e pesquisar alguns de seus interesses pessoais e comuns. Por isso, optou-se por usar a rede social como meio de divulgação e transmissão ao vivo e alcançar o máximo de público para a live.

No momento atual em que estamos vivendo, e com o avanço da tecnologia, e com a facilidade de acesso à internet e as mudanças na jornada do consumidor, as redes sociais estão sendo uma das oportunidades de conquistar o público-alvo nos primeiros momentos, por meio de conteúdo de qualidade, das informações e da interatividade com cliente e colaboradores, e sem excesso de anúncios (ALMEIDA et al., 2021, p. 14).

De acordo com as orientações do Sebrae (2022), a live é uma excelente estratégia de vendas com transmissão ao vivo pela internet, em que o apresentador pode mostrar os seus produtos e usos. Ademais, durante a transmissão, o cliente pode tirar dúvidas e interagir, gerando engajamento. Assim, a live foi o ponto forte do projeto, que permitiu aos educandos momentos de comunicação, expressão e participação na comunidade a qual estão inseridos, dando mais visibilidade aos educandos como sujeitos ativos na sociedade antes das suas deficiências ou outras condições.

Isso nos leva a realizar uma reflexão sobre a dimensão local, com a inclusão de uma análise sobre processos informais de educação que favorecem as pessoas com deficiência a adquirirem, cotidianamente, atitudes e habilidades para o empoderamento e a autoadvocacia. A cultura local é evidenciada, no sentido de situar a experiência de empoderamento e autoadvocacia dentro de um contexto de representações, discursos e simbologias que podem (desfavorecer) oportunidades para sua aprendizagem (DANTAS, 2017, p. 336-344).

No caso da experiência vivenciada pelos alunos da APAE de Maracajá, o contexto de interação, representação, discurso e simbologia contido no projeto da live, foi favorável à aprendizagem dos educandos, professores e comunidade envolvida, pois foi possível mostrar a todos as potencialidades da pessoa com deficiência como indivíduo ativo e produtivo.

Ferreira e Guimarães (2003) ainda afirmam uma educação que possibilite uma convi-

vência harmônica e enriquecedora entre os indivíduos, respeitando igualdades e diferenças, acreditando na inclusão como força para a renovação da escola e da sociedade.

Assim, percebe-se a importância de incentivar os educandos a participar ativamente e mostrar que são pessoas capazes de interagir em sociedade, desmistificando paradigmas e tabus, realizando, desse modo, a sua inclusão no meio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste projeto possibilitou uma inclusão com qualidade, oferecendo aos educandos a possibilidade de exporem as suas habilidades e mostrar que são capazes. Os objetivos foram alcançados e o impacto da formação evidenciou o êxito da experiência relatada, quanto às oportunidades para construção de competências educacionais, nas atividades de vida diária, na perspectiva no mundo do trabalho, da divulgação do trabalho da instituição, bem como na atuação dos educandos com a sociedade, quebrando preconceitos.

Diante do exposto e nas experiências vividas na atuação da equipe e dos alunos, nos resultados obtidos na realização da live, foi observada a necessidade da sociedade em geral criar estratégias que garantam às pessoas com deficiência, com oportunidades para os momentos que se possa promover a real participação dessas pessoas na comunidade. Torna-se, assim, uma sociedade inclusiva e igualitária junto às pessoas com deficiência, o que deve ser um dos objetivos nas sociedades que defendem os valores da solidariedade e da integração, além do respeito pelas diferenças pessoais.

Nesse sentido, conclui-se, também, que o uso da acessibilidade e das tecnologias digitais permitiram diminuir as barreiras existentes na sociedade, que colocam a pessoa com deficiência à sua margem, não os permitindo ser vistos ou ouvidos.

Assim, a realização da live estimula os alunos a terem liberdade de expressão, valorização do seu trabalho, aumento de autoestima e empoderamento. Portanto, é possível colher os reflexos dessa live por muito tempo após a sua realização, pois os alunos tiveram uma nova experiência que os permitiu crescer como pessoa e ter novas atitudes.

Assim, podemos afirmar que se em algum momento precisarem realizar outra live e/ou fazer uso do microfone para falar em público eles não terão o mesmo receio de antes, pois criaram experiência e as suas mentes agora estão preparadas para esse tipo de situação, que já não é mais um desafio. Desse modo, eles possuem a certeza de que em numa nova oportunidade serão vistos e ouvidos e não mais ignorados.

Gradativamente, as pessoas com deficiência estão sendo incluídas na comunidade e a população pode vislumbrar o seu potencial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edmar Ferreira de et al. Marketing Digital: A Importância das Redes Sociais para a Organização. **Revista científica Faculdade Atenas**, Cidade, v. 13, n. 3, p. ?-?, mês abreviado 2021. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/MARKETING_DIGITAL__A_Importancia_das_Redessociais_para_a_Organizacao.pdf. Acesso em: 26 fev. 2023.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: Garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 24 abr. 2017.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192<http://>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DANTAS, E. Soares; COUTINHO, D. J. G. A tecnologias para a educação inclusiva de pessoas com deficiência: uma revisão integrativa. **Revista Ibero-Americana De Humanidades**, Ciências E Educação, local, v. 6. n. 12, p. 10, mês abreviado 2020. Disponível em: <https://periodico-rease.pro.br/rease/article/view/321>. Acesso em: dia abr. 2023.

DANTAS, Taísa Caldas. **Vivências de empoderamento e autoadvocacia de pessoas com deficiência: um estudo no Brasil e no Canadá**. Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Educação Unisinos, local, v. 21, n. 3, p. ?-?, mês abreviado 2017. <https://www.redalyc.org/journal/4496/449656535008/html/>. Acesso: 21 fev. 2023.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O Novo Conceito Constitucional de Pessoa Com Deficiência: Um Ato De Coragem**. In: FERRAZ, Carolina Valença et al. (Coord.). Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 24

FREDERICO, J. C. C.; LAPLANE, A. L. F. de. Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira De Educação Especial**, local, v. 26, n. 3, p. ?-?, mês abreviado 2020. Disponível em: [www ...](http://www...) Acesso em: 20 fev. 2023.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (FCEE). **Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializados em educação especial (CAESP) do estado de Santa Catarina**. São José, Florianópolis: FCEE, 2020.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao (org). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

OLIVEIRA, Ana Luiza de Mendonça; RESENDE, Marineia Crosara de. **Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências**. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/cgbTkt5Syk5FZ7YQLLwFSHk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MENDONÇA, Ana Abadia Dos Santos. **A educação inclusiva e as novas tecnologias**. In: VII CONEDU - Edição Online, 7., 2020, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67584>. Acesso em: dia abril. 2023.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araújo de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista Territórios de educação**, Cidade, v. 3, n. 5, p. ?-?, mês abreviado 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/issue/view/1802http://>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SEBRAE. **Live commerce**: como fazer vendas ao vivo pelo Instagram. 2022. Disponível em: [www...](http://www.sebrae.com.br) Acesso: 20 fev. 2023.

SILVA, Gilbert Eleuterio; OLIVEIRA, Adélia Augusta. **A produção psicossocial do conceito de pessoa com deficiência**: Conquista de cidadania e de direitos? 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SOUSA, Lazaro Mourão de. Educação especial no Brasil: O que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. **Revista Bibliomar**: Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, v. 19, n. 1. p. 159 - 173, jun. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/145032http>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SOUZA, D. P. **Políticas públicas e a visibilidade da pessoa com deficiência**: estudo de caso do Projeto Curupira. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4131>. Acesso em: 20 fev. 2023.